

### Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio Estado do Espírito Santo

#### **DECRETO Nº 540/2017**

Dispõe sobre o PAAI - Plano Anual de Auditoria Interna 2018, previsto na Instrução Normativa SCI N° 002/2012 – Versão 02 e no Decreto Municipal N° 122/2012 de responsabilidade da Unidade Central de Controle Interno e dá outras providências.

**CONSIDERANDO** que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal (artigos 70 e 74), na Constituição Estadual (artigo 70 e 76), nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, na Lei Complementar Federal nº. 101/2000 (artigo 59), na Lei Complementar Estadual nº 621/2012 (Artigo 42), na Resolução nº. 227/2011 e suas alterações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e na Lei Municipal N° 1972/2011;

**CONSIDERANDO** que a Instrução Normativa SCI N° 002/2012 - Versão 02, dispõe sobre o Manual de Auditoria Interna e estabelece os padrões e procedimentos para a realização das auditorias internas;

**CONSIDERANDO** que o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria;

**CONSIDERANDO** que a auditoria visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

**CONSIDERANDO** que as atividades de competência da Unidade Central de Controle Interno do Município terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos:

O Chefe do Poder Executivo Municipal no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno doMunicípio, no âmbito deste Poder,

#### DECRETA:

- **Art. 1º** Este decreto estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna PAAI, para o exercício financeiro de 2018, destinado a acompanhar e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de gestão e controles internos adotados pelas unidades responsáveis e executoras dos sistemas administrativos implantados conforme o art. 6° da Resolução nº. 227/2011 e suas alterações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
- **Art. 2º** O Plano Anual de Auditoria Interna contempla os seguintes projetos de auditoria: Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa (PDP), Projeto Regular de Auditoria (PRA), Projeto Especial de Auditoria (PEA), Solicitações Administrativas (SAD) e Projeto de Acompanhamento Subsequente (PAS) e, na definição do seu calendário, considera as diligências realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado, conforme previsto no item "6.2 Do Relatório de Auditoria e dos Prazos" da IN SCI N.º 002/2012 Versão 02 Manual de Auditoria.
- **Art. 3º** A Unidade Central de Controle Interno Municipal adotará na execução da auditoria interna os projetos de auditoria citados no artigo anterior, conforme especificação abaixo:



## Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio

### Estado do Espírito Santo

- I. Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa (PDP): preliminar, que antecede os demais projetos, envolve o levantamento da instrução normativa que determinam as rotinas de procedimentos da unidade a ser auditada, seguido da experimentação prática "in loco".
- II. Projeto Regular de Auditoria (PRA): exames feitos pelo critério de prioridades (PAAI Plano Anual de Auditoria Interna), para cumprimento de obrigações institucionais e legais dos órgãos.
- III. Projeto Especial de Auditoria (PEA): exames necessários devido a ocorrências imprevistas ou anormais, quando solicitado pelos órgãos interessados.

**Parágrafo Único.** Poderão ser realizadas auditorias especiais, quando os trabalhos de auditoria, não estão compreendidos no Plano Anual de Auditoria Interna e destina-se ao exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum e, extraordinária, ou para atender determinação do Prefeito Municipal.

- IV. Solicitações Administrativas (SAD): serviços prestados à administração para atender às solicitações específicas.
- V. Projeto de Acompanhamento Subsequente (PAS): atividades realizadas com o objetivo de verificar a implementação de recomendações importantes resultantes de auditorias anteriores.
- **Art. 4º** Deverá a Unidade Central de Controle Interno dar ciência ao Poder Executivo, encaminhando-lhe cópia do Plano Anual de Auditoria Interna do ano seguinte, até o último dia do ano de trabalho dos respectivos órgãos, bem como à Procuradoria Geral do município, e ainda comunicará as unidades executoras e responsáveis.
- **Art. 5º** A Unidade Central de Controle Interno Municipal será responsável pela execução dos trabalhos a serem realizados no Plano Anual de Auditoria Interna.
- Art. 6º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, em 21 de dezembro de 2017.

EDÉLIO FRANCISCO GUEDES
PREFEITO MUNICIPAL

PAULO HENRIQUE PAGOTTO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



# Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio Estado do Espírito Santo

# PAAI - PLANO ANUAL DE AUDITORIA ÎNTERNA 2018

| PERÍODO     | SISTEMA  | ÓRGÃO<br>CENTRAL                            | ATIVIDADES A SEREM VERIFICADAS   | BASE<br>REGULAMENTAR |
|-------------|--|---|--|----------------------|
| 1° semestre | STB - Sistema de<br>Tributos                           | Secretaria<br>Municipal de<br>Finanças      | Procedimentos e rotinas a serem adotados pelo setor responsável pelo Cadastramento Imobiliário.  | STB № 001/2014       |
|             | STB - Sistema de<br>Tributos                           | Secretaria<br>Municipal de<br>Finanças      | Procedimentos quanto a requisição de parcelamentos.  | STB № 003/2014       |
|             | STB - Sistema de<br>Tributos                           | Secretaria<br>Municipal de<br>Finanças      | Rotina sistemática de Cobrança Administrativa.   | STB № 003/2014       |
| 2°semestre  | SCL - Sistema de<br>Compras, Licitações e<br>Contratos | Secretaria<br>Municipal de<br>Administração | Aquisição de bens e serviços mediante licitação, inclusive dispensa e inexigibilidade  | SCL N° 001/2014      |
|             | SSP- Sistema de Saúde<br>Pública                       | Secretaria<br>Municipal de Saúde            | Verificar os procedimentos de controle e distribuição de medicamentos, analisando todo o fluxo desses medicamentos e averiguandoa comprovação de utilização, bem como examinar a guarda e a segurança desses fármacos na Unidade de Farmácia Básica Municipal. | SSP N° 001/2014      |